

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº ____ 2021

(Da Bancada do PSOL)

Requer ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, **SR. ANDERSON TORRES**, informações relativas às investigações conduzidas pela Polícia Federal sobre vendas de emendas parlamentares no âmbito do denominado “orçamento secreto”.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, **SR. ANDERSON TORRES**, informações relativas às investigações conduzidas pela Polícia Federal sobre vendas de emendas parlamentares no âmbito do denominado “Orçamento Secreto”. Assim, apresentamos os seguintes questionamentos:

1. Segundo a reportagem¹ do Jornal O Globo, o Serviço de Inquéritos Especiais da Polícia Federal, responsável pela investigação de autoridades com foro privilegiado, o SINQ, trocou seis de seus oito delegados nos últimos quatro meses.

Considerando que o Serviço de Inquéritos é uma área estratégica da PF, por ser o setor responsável por todas as investigações em andamento contra políticos que tramitam perante o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Quantas alterações foram feitas na pasta entre 1º de janeiro de 2019 e a presente data? Favor indicar a data de cada uma das substituições, assim como o período em que o/a servidor/a ocupou posição no SINQ. O pedido incluir o cargo de direção.

2. Delegados ouvidos pelo Jornal O Globo relataram que os primeiros alertas de irregularidades na aplicação do dinheiro das emendas de relator começaram a chegar

¹ Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/malu-gaspar/post/suspeita-sobre-orcamento-secreto-gerou-crise-entre-chefia-da-pf-e-delegados-que-atuavam-no-stf.html>. Acesso em 16/11/21.



para o setor no final de maio. Na ocasião, funcionários da CGU procuraram os colegas da PF para marcar uma reunião.

Qual a data em que tais reuniões foram realizadas? Quem esteve presente (solicitamos cópias das atas e registros)? Quantos inquéritos já foram abertos até a presente data sobre irregularidades na aplicação de recursos provenientes das chamadas “emendas de relator”?

3. Segundo a reportagem, os auditores da CGU diziam ter identificado indícios de desvio dos recursos e queriam discutir uma estratégia comum de investigação. Os delegados marcaram a reunião e comunicaram o chefe do setor, Leopoldo Lacerda. Ocorre que, ao saber que as duas equipes se preparavam para começar um trabalho conjunto sem a sua anuência, o diretor-geral Paulo Maiurino mandou cancelar o encontro.

Qual a justificativa apresentada pelo Diretor-Geral Paulo Maiurino para cancelar reunião de trabalho que trataria de indícios de desvio dos recursos públicos?

4. De acordo com a matéria, no lugar dos delegados da SINQ, compareceu à reunião o diretor de combate ao crime organizado da PF, Luis Zampronha, que marcou uma reunião com a chefia da CGU, no dia 28 de maio na sede da PF, com o secretário de combate à corrupção e alguns auditores. Mas do SINQ, apenas o chefe, Leopoldo Soares Lacerda, compareceu. No registro da agenda oficial de Zampronha, a CGU aparece como solicitante do encontro.

Considerando que a SINQ é a unidade da Polícia Federal responsável pela investigação de autoridades com foro privilegiado, o que justifica o pedido do diretor de combate ao crime organizado da PF, Luis Zampronha, para se reunir com auditores da CGU que diziam ter identificado indícios de desvio dos recursos públicos de emendas parlamentares, e portanto, de atores com foro privilegiado?

5. Ainda segundo a matéria, os delegados da SINQ apenas souberam que a reunião havia acontecido depois, pelos mesmos auditores da CGU que os haviam procurado anteriormente, e cobraram o chefe do setor, Soares Lacerda. Lacerda então levou os auditores para se reunir com a equipe, mas na reunião teria dito que as suspeitas já haviam sido rechaçadas. Os delegados protestaram, alegando que não se poderia descartar suspeitas sem investigação. No caso do orçamento secreto, o próprio ministro-chefe da CGU, Wagner Rosário, disse em outubro em uma audiência na Câmara dos Deputados que havia “vários casos” em investigação sobre vendas de emendas parlamentares:

“Sobre venda de emendas, nós estamos investigando vários casos. É claro que estão todos em sigilo. Já fazemos esse trabalho nos convênios em geral, porque não se trata só de trator, diversas coisas



estão acontecendo no Brasil fruto de convênios, em diversos órgãos. Estamos com um trabalho bastante forte nisso, em parceria com a Polícia Federal. Todos nós vamos ficar sabendo no dia da deflagração das operações e também no desencadeamento dos trabalhos”².

Considerando que o crime de prevaricação consiste em retardar, deixar de praticar ou praticar indevidamente ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal e; considerando que auditores da CGU diziam ter identificado indícios de desvio de recursos públicos no âmbito das denominadas “emendas de relator”, quais foram as medidas concretas tomadas pela PF no caso supracitado?

6. A reportagem ainda destaca que um caso que engrossou o conflito interno na PF envolveu o inquérito que investigou o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, após a notícia-crime apresentada ao STF pelo delegado Alexandre Saraiva. Apesar de a ministra do STF Carmem Lúcia ter mandado instaurar o inquérito no dia 2 de junho, ele só foi aberto no dia 23, data em que Salles deixou o ministério. Como ele já não tinha mais foro privilegiado, o inquérito foi enviado para a primeira instância sem nenhuma movimentação.

O que justifica a demora na instauração do inquérito contra o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles?

7. O Globo destaca que em julho, o inquérito sobre a interferência de Jair Bolsonaro na PF também causou conflito com a chefia, em razão das diligências pedidas pelo delegado Felipe Leal. O delegado foi afastado em agosto pelo ministro Alexandre de Moraes, que determinara a abertura de investigação, por considerar que as diligências investigariam atos do atual diretor-geral da PF Paulo Maiurino e não de Bolsonaro.

Quais medidas foram tomadas pela PF para inibir que investigações referentes a interferências do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, não sofram novas ingerências externas?

8. **O Presidente, ou qualquer de seus filhos ou aliados, pressionou, orientou, recomendou, aconselhou ou advertiu, direta ou indiretamente, qualquer agente público para atrasar, comprometer, atrapalhar a ação supracitada? Anexar à resposta os despachos e comunicações referentes à solicitação**
9. **Em todas as respostas, anexar relatórios, notas técnicas, pareceres, memorandos, atas de reuniões, e-mails, despachos e qualquer outro documento relacionado ao tema.**

² Disponível em: <http://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/63436>. Acesso em 18/11/21.



JUSTIFICAÇÃO

Matéria do Jornal O Globo³ de 16 de novembro de 2021 afirma que “suspeita sobre orçamento secreto gerou crise entre chefia da Polícia Federal (PF) e delegados que atuavam no Supremo Tribunal Federal (STF)”. Segundo a reportagem, a divisão mais sensível da Polícia Federal, o Serviço de Inquéritos que investiga autoridades com foro privilegiado, o SINQ, trocou seis de seus oito delegados nos últimos quatro meses, depois de uma sequência de disputas internas em torno do destino dos inquéritos. Na origem da debandada, haveria uma crise a respeito do orçamento secreto.

O chamado “orçamento secreto” foi revelado por reportagem⁴ do jornal O Estado de São Paulo e seria um esquema montado pelo Governo Federal, no final de 2020, para aumentar sua base de apoio no Congresso. Criou-se um “orçamento paralelo” de mais de R\$ 3 bilhões em emendas parlamentares. Significativa parte dos recursos foi destinada à compra de tratores e equipamentos agrícolas com forte indicativo de superfaturamento do maquinário obtido. Muitos dos maquinários teriam sido adquiridos por preços até 259% acima dos valores de referência.

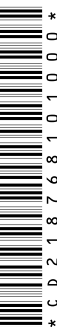
O desvio de dinheiro público aparece num conjunto de 101 ofícios enviados por Deputados e Senadores ao Ministério do Desenvolvimento Regional e órgãos vinculados para indicar como eles preferiam usar os recursos. De acordo com a reportagem, as emendas de relator (RP9) veiculavam acordos políticos para indicação de recursos orçamentários a serem distribuídos, por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs), autorizados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

No último dia 10 de novembro o STF concluiu o julgamento virtual sobre a liminar da ministra Rosa Weber concedida na ADPF 854, apresentada pelo PSOL, que suspendeu as emendas de relator ao orçamento da União pela falta de transparência na execução dos recursos.

Oito ministros do STF foram favoráveis à liminar que pedia a suspensão imediata da execução destes recursos. A relatora Rosa Weber apresentou voto a favor e foi acompanhada por Luís Roberto Barroso, Carmen Lúcia, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Alexandre de Moraes, Luiz Fux e Dias Toffoli. Apenas Gilmar Mendes e Kassio Nunes Marques

3 Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/malu-gaspar/post/suspeita-sobre-orcamento-secreto-gerou-crise-entre-chefia-da-pf-e-delegados-que-atuavam-no-stf.html>. Acesso em 16/11/21.

4 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-cria-orcamento-secreto-em-roca-de-apoio-do-congresso,70003708713>. Acesso em 16/11/21.



divergiram do relatório de Rosa Weber e foram contrários à suspensão do “orçamento secreto”.

“Causa perplexidade”, escreveu Rosa Weber, “a descoberta de que parcela significativa do orçamento da União Federal esteja sendo ofertada a grupo de parlamentares, mediante distribuição arbitrária entabulada entre coalizões políticas, para que tais congressistas utilizem recursos públicos conforme seus interesses pessoais, sem a observância de critérios objetivos destinados à concretização das políticas públicas a que deveriam servir as despesas”.

A ministra disse ainda que o orçamento secreto vem sendo liberado “por vias informais e obscuras, sem que os dados dessas operações sequer sejam registrados para efeito de controle por parte das autoridades competentes ou da população lesada.”

Ao contrário das emendas individuais, que seguem critérios bem específicos e são divididas de forma equilibrada entre todos os parlamentares, as emendas de relator não seguem critérios usuais e beneficiam somente alguns parlamentares que compõe a base de apoio ao Governo Bolsonaro. O PSOL também segue coletando assinaturas para a criação da *CPI do Bolsolão* na Câmara dos Deputados, para investigar as circunstâncias em que o “orçamento secreto” foi usado pelo Governo Bolsonaro para comprar apoio político no Congresso Nacional e como estes recursos foram aplicados.

Delegados ouvidos pelo Jornal O Globo relataram que os primeiros alertas de irregularidades na aplicação do dinheiro das emendas de relator começaram a chegar para o setor no final de maio. Na ocasião, funcionários da CGU procuraram os colegas da PF para marcar uma reunião.

Segundo a reportagem, os auditores da CGU diziam ter identificado indícios de desvio dos recursos e queriam discutir uma estratégia comum de investigação. Os delegados marcaram a reunião e comunicaram o chefe do setor, Leopoldo Lacerda. Ocorre que, ao saber que as duas equipes se preparavam para começar um trabalho conjunto sem a sua anuência, o diretor-geral Paulo Maiurino mandou cancelar o encontro.

No lugar dos delegados, foi o diretor de combate ao crime organizado da PF, Luis Zampronha, quem marcou uma reunião com a chefia da CGU, no dia 28 de maio na sede da





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

PF, com o secretário de combate à corrupção e alguns auditores. Mas do SINQ, apenas o chefe, Leopoldo Soares Lacerda, compareceu. No registro da agenda oficial de Zampronha, a CGU aparece como solicitante do encontro.

Ainda segundo a matéria, os delegados só souberam que a reunião tinha acontecido depois, pelos mesmos auditores da CGU que os haviam procurado anteriormente, e cobraram o chefe do setor, Soares Lacerda. Lacerda então levou os auditores para se reunir com a equipe, mas na reunião teria dito que as suspeitas já haviam sido rechaçadas. Os delegados protestaram, alegando que não se poderia descartar suspeitas sem investigação.

A reportagem ainda destaca que um caso que engrossou o conflito interno na PF envolveu o inquérito que investigou o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, após a notícia-crime apresentada ao Supremo pelo delegado Alexandre Saraiva. Apesar de a ministra do STF Carmem Lúcia ter mandado instaurar o inquérito no dia 2 de junho, ele só foi aberto no dia 23, data em que Salles deixou o ministério. Como ele já não tinha mais foro privilegiado, o inquérito foi enviado para a primeira instância sem nenhuma movimentação.

Em julho, o inquérito sobre a interferência de Jair Bolsonaro na PF também causou conflito com a chefia, em razão das diligências pedidas pelo delegado Felipe Leal. O delegado foi afastado em agosto pelo ministro Alexandre de Moraes, que determinara a abertura de investigação, por considerar que as diligências investigariam atos do atual diretor-geral da PF Paulo Maiurino e não de Bolsonaro – como, por exemplo, apurações ligadas ao inquérito de Ricardo Salles.

No caso do orçamento secreto, o próprio ministro-chefe da CGU, Wagner Rosário, disse em outubro em uma audiência na Câmara dos Deputados que havia "vários casos" em investigação sobre vendas de emendas parlamentares.

Não é a primeira vez que o Governo Bolsonaro tenta interferir nas instituições para promover interesses privados. É importante lembrar que segundo o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, o Presidente da República tentou “colher” informações dentro da Polícia Federal, como relatórios de inteligência. Sérgio Moro afirmou ter dito ao Presidente Jair Bolsonaro que tais movimentações em instituições seriam consideradas interferências políticas nas corporações. Ele afirmou que o Presidente admitiu isso: “Falei para o presidente que seria uma interferência política. Ele disse que seria mesmo”, revelou.

Admitir-se a manutenção dessa lógica significa permitir que o Presidente da República tenha sob seu comando uma verdadeira polícia política, cujas ações podem ser



Assinado eletronicamente, por delegação do(a) Dep. Talíria Petrone
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218768101000>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

direcionadas para perseguir seus adversários e desafetos, típico de regimes autoritários, além de proteger seus aliados.

É neste contexto que apresentamos o presente requerimento de informações.

Sala das sessões, de novembro de 2021.

Talíria Petrone

Líder do PSOL

